



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe - 22/03/2016

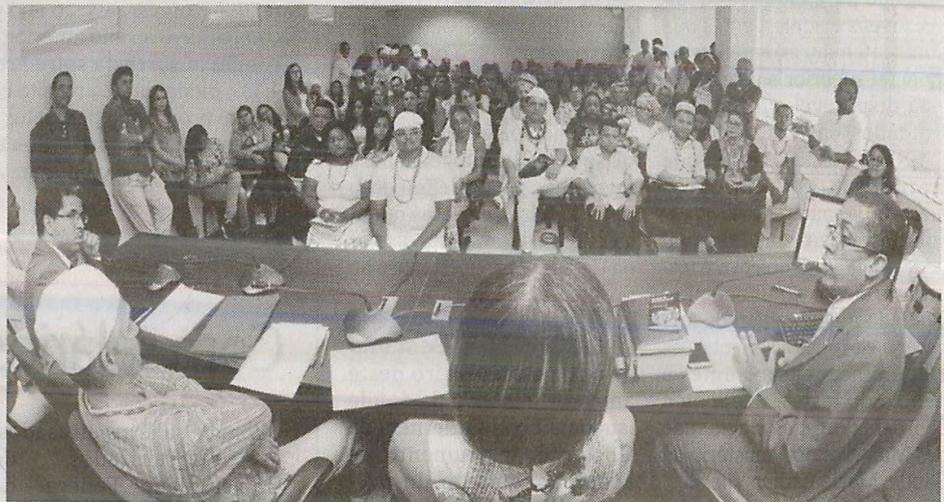
Respeito às religiões de matriz africana é discutido

Karla Pinheiro

No Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, comemorado ontem, 21, integrantes de religiões de matriz africana do Estado participaram de audiência pública no Ministério Público Estadual (MPE). Na oportunidade, os líderes religiosos expuseram os problemas que têm enfrentando no Estado, em especial no âmbito do serviço público.

De acordo com o promotor de Justiça, Fausto Valois, essa audiência é o pontapé inicial para que a liberdade religiosa seja respeitada no Estado. Segundo ele, não é favor e sim obrigação constitucional o respeito a todas as religiões com a igualdade previstas na Constituição Federal.

“O MPE através do Conselho Nacional do MP criou o projeto “Racismo: conhecer para enfrentar” e hoje (ontem) marcamos essa audiência pública. Em Sergipe têm acontecido vários eventos de intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana. Estão esquecendo do artigo 208 do Código Penal que diz que não podem ser interrompidos os cultos religiosos, e o que tem acontecido é que interrompe-se o culto e leva-se preso um líder religioso. É uma menção forte, mas é o que tem acontecido, esquece-se da liberdade religiosa prevista na Constituição



■ Na audiência, integrantes de religiões de origem negra pediram o cumprimento da legislação brasileira

Federal, esquece-se do Estatuto da Igualdade Racial que prevê o respeito à liturgia (artigo 23) e o respeito aos instrumentos e indumentárias das religiões de matriz africana, é imperativo legal”, ressalta o promotor.

Ainda segundo Dr. Fausto, é preciso que as instituições públicas cumpram o que manda a legislação brasileira. “Muitas vezes estão sendo apreendidos atabaques que representam os orixás e como se estivessem levando para delegacia preso os orixás. É necessário que as instituições públicas reflitam sobre isso porque eu não vejo se aprender alcorão, bíblia ou símbolos do catolicismo. O MPE quer que se respeite todas as

religiões com a igualdade que a nossa Constituição prevê. Vamos ouvir as reivindicações e vamos marcar audiências individualizadas com os entes de cada tema”, adianta.

Dentre as principais queixas dos representantes religiosos estão questões relativas à educação, atendimento médico e respeito à liturgia. Segundo o Babalaxú Jurici Arimatéia de Rosa Júnior, é preciso combater o preconceito institucional.

“Na verdade, no que diz respeito ao acesso ao serviço público aos praticantes de matriz africanas em todas as variantes, é que todos sofrem problemas de racismo institucional. O fato de ser identificado como praticante de matriz

africana provoca no agente público uma ação racista. As instituições estão muito impregnadas com o cristianismo, que deve conviver com pé de igualdade com todas as religiões. Isso cria uma situação muito desagradável, proporcionando falta de acessibilidade”, aponta.

O que os integrantes de religiões de matriz africana querem é respeito e tratamento igualitário como define a Constituição. “Em todos os espaço há um olhar atravessado, não do exótico, do diferente, isso transcende para o execrar, consideram demoníaco e isso não pode ser, porque se tem algo genuinamente brasileiro são as religiões de matriz africana e capoeira”, afirma Jurici.